

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO****SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****I – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
[Lei 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso I]**

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro possui diversos serviços disponibilizados aos usuários internos e externos, e os dados trafegados nos acessos muitas vezes contêm informações privadas, tanto de usuários, quanto do próprio TRE-RJ. Desta forma, existe a necessidade da utilização de mecanismos de segurança nos equipamentos servidores do TRE-RJ, assegurando a seus visitantes de que estão acessando os sítios e aplicações originais.

II – DATA PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA

Nos termos do art 18, §2º da Lei 14.133/21 a informação é dispensada.

III - CONEXÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE [Art. 18, § 1º, inciso II]

A contratação está prevista no Plano de Contratações 2023, item 21 da planilha “Extra Plano”.

A aquisição está alinhada com OE 12 - Promover a transformação digital, do TRE-RJ 2021-2026:

**IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO, COM JUSTIFICATIVAS
QUE AS RELACIONE À DEMANDA [Art. 18, § 1º, inciso IV]**

Material	Memória de cálculo dos quantitativos a serem adquiridos
Certificado digital servidor SSL OV Wildcard. Padrão GlobalSign (Raiz Internacional); Validade de 60 meses	Quantidade a ser adquirida: 01 Para uso da SEPROD
Certificado digital básico SSL OV. Padrão GlobalSign (Raiz Internacional); Validade de 60 meses.	Quantidade a ser adquirida: 01 Para uso da SEREDE

Justificativa: Essa é a quantidade de itens necessária para continuar atendendo as necessidades de certificação digital dos equipamentos servidores do TRE-RJ. Os certificados em uso serão descontinuados a partir de setembro de 2023 conforme o contrato 98/22022 e processo SEI 2022.0.000024245-5.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR [Art. 18, § 1º, inciso V]

Nos termos do art 18, §2º da Lei 14.133/21 a informação é dispensada.

VI - DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA [Art. 18, § 1º, inciso VII]

Nos termos do art 18, §2º da Lei 14.133/21 a informação é dispensada.

VII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso VI]

Item	Qtde.	Valor unitário	Total
Certificado digital servidor SSL OV — válido por 60 meses	01	R\$ 1.680,00	R\$ 1.680,00
Certificado digital servidor SSL OV Wildcard — válido por 60 meses	01	R\$ 7.560,00	R\$ 7.560,00
Total			R\$ 9.240,00
Fonte de pesquisa:	Web site: sectigo.com.br em 15/06/23 às 13:00		

VIII - PARCELAMENTO DO OBJETO [Art. 18, § 1º, inciso VIII]

O presente objeto não poderá ser parcelado por não ser tecnicamente viável.

IX - RESULTADOS PRETENDIDOS/BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS [Art. 18, § 1º, inciso IX]

Garantir a autenticidade, integridade e não-repúdio na comunicação dos sistemas da Justiça Eleitoral.

A utilização de certificados digitais visa ao propósito do atendimento às normas da ICP-BRASIL que regulam o uso de certificados como mecanismo para implementação e incremento da segurança da informação.

X - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso III]

Trata-se de aquisição pontual.

XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO [Art. 18, § 1º, incisos X e XI]

Nos termos do art 18, §2º da Lei 14.133/21 a informação é dispensada.

XII – COMPETÊNCIA ESPECÍFICA PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Para a gestão e fiscalização do contrato não haverá necessidade de alguma competência específica do servidor que a exercerá.

XIII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/REQUISITOS AMBIENTAIS [Art. 18, § 1º, inciso XII]

Nos termos do art 18, §2º da Lei 14.133/21 a informação é dispensada.

XIV — INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO A SER UTILIZADA PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Nos termos do art 18, §2º da Lei 14.133/21 a informação é dispensada.

XV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA [Art. 18, § 1º, inciso XIII]

A equipe de planejamento da contratação, após a conclusão destes Estudos Técnicos Preliminares, declara ser viável a aquisição dos materiais aqui registrados

XVI - DECLARAÇÃO SOBRE A RESTRIÇÃO DE ACESSO AOS ESTUDOS PRELIMINARES OU AO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de documento preparatório para licitação. Deve ter acesso restrito até a publicação de Edital de Licitação (Hipótese legal: Art. 7º, da Lei 12.527/2011)

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2023

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS NUNES
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 21/06/2023, às 14:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FELIPE DE MELLO SANTOS
CHEFE DA SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente em 21/06/2023, às 14:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARCIO DOS ANJOS SANTOS
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 21/06/2023, às 17:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MICHEL MARCHETTI KOVACS
SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 21/06/2023, às 18:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3193082** e o código CRC **846BF275**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.